

PROTAGONISMO JUVENIL EM GOIÁS: EDUCAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA NAS ESCOLAS ATRAVÉS DA CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

Luanna Elis Guimarães ¹
Joana Cristina Neves de Menezes Faria ²

INTRODUÇÃO

A crise climática intensifica desigualdades sociais e ambientais, exigindo políticas educativas que fortaleçam a participação social e o protagonismo das juventudes. A VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) constitui uma política pública estruturante voltada ao engajamento de estudantes do Ensino Fundamental na construção de ações de educação ambiental crítica e justiça climática.

A CNIJMA promove processos democráticos nas escolas, estimulando a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), o debate sobre direitos socioambientais e a elaboração de projetos colaborativos que buscam transformar realidades locais.

Em Goiás, a mobilização impulsionou a realização de conferências escolares em larga escala, assegurando representatividade territorial e diversidade sociocultural. O presente trabalho analisa o processo formativo, os resultados da mobilização estadual e o papel da escola na formação cidadã e ecológica de crianças e adolescentes.

O objetivo foi compreender de que forma o processo da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) contribuiu para a promoção da justiça climática, o fortalecimento da participação juvenil e a integração entre territórios, cultura e educação ambiental, destacando o impacto pedagógico e social dessa experiência no estado de Goiás.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e documental, com análise dos registros oficiais da VI CNIJMA no estado de Goiás, relatórios da Comissão Organizadora

¹ Docente do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Goiás – Aparecida de Goiânia, luanna.meioambiente@gmail.com;

² Docente do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Goiás – Aparecida de Goiânia, joana.faria@ifg.edu.br.



Estadual (COE), dados quantitativos das escolas participantes e registros pedagógicos do processo formativo.

As etapas analisadas seguiram a organização oficial da Conferência:

1. Preparação e mobilização (criação da COE, formações e comunicação com escolas);
2. Conferência nas escolas (debates, eleição de delegados representantes e elaboração de projetos de ação);
3. Conferência Estadual (seleção dos projetos e delegados para a fase nacional);
4. Conferência Nacional, realizada em outubro de 2025;
5. Pós-conferência, com acompanhamento das escolas e estímulo à continuidade das Com-Vida.

Os dados foram sistematizados por categorias: tipo de escola, localização, etapa de ensino e diversidade socioterritorial, garantindo ética e veracidade das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate contemporâneo sobre educação ambiental e justiça climática requer uma compreensão ampliada das relações entre sociedade, natureza e desigualdade. A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), enquanto política pública de educação ambiental, dialoga com as bases epistemológicas da educação ambiental crítica, fundamentada na perspectiva emancipatória e transformadora do processo educativo (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Diferentemente de abordagens conservadoras e comportamentais, que responsabilizam indivíduos isoladamente e reduzem a crise ambiental ao campo técnico, a abordagem crítica considera as dimensões políticas, econômicas, culturais e históricas da degradação ambiental, reconhecendo a necessidade de justiça socioambiental e climática como elementos centrais (JACOBI, 2003).

Para Paulo Freire (2019), a educação deve ser um processo dialógico e participativo, capaz de promover conscientização e mobilização coletiva. A CNIJMA se fundamenta nessa concepção ao estruturar etapas democráticas que estimulam os estudantes a refletirem criticamente sobre seus territórios, vivências e realidades socioambientais, construindo ações coletivas que emergem do contexto escolar e



comunitário. A pedagogia do diálogo, da investigação e da ação, proposta por Freire, encontra ressonância na dinâmica da conferência, que valoriza a voz de crianças e adolescentes como sujeitos políticos e protagonistas de transformações socioambientais.

Outra contribuição teórica relevante é a noção de justiça climática, que compreende que os efeitos das mudanças climáticas são distribuídos de forma desigual, afetando de modo mais severo populações vulnerabilizadas, como comunidades periféricas, tradicionais e populações do campo (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Ao integrar essa discussão na educação básica, a CNIJMA promove uma leitura crítica das desigualdades ambientais e incentiva estudantes a desenvolverem estratégias solidárias e contextualizadas para responder aos desafios climáticos.

Além disso, a política se ancora em concepções de participação social e cidadania, compreendendo que o ambiente educacional deve apoiar processos democráticos desde a infância (CARVALHO, 2016). Nesse sentido, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) representam instrumentos educativos e organizativos que fortalecem o protagonismo juvenil e a gestão democrática das escolas. Elas ampliam o espaço de escuta e decisão dos estudantes, contribuindo para a formação cidadã e para a construção de projetos coletivos com impacto real nos territórios.

Também é essencial destacar o papel do território como dimensão pedagógica — compreendido não apenas como espaço físico, mas como espaço social, cultural e identitário (HAESBAERT, 2010). A CNIJMA incentiva que os estudantes valorizem suas realidades locais, identifiquem potencialidades e desafios socioambientais e construam ações contextualizadas. Em Goiás, isso se revela na diversidade presente entre escolas urbanas, rurais, quilombolas, indígenas e bilíngues, cada uma com demandas e aprendizagens específicas.

Portanto, a conferência se alinha a um projeto de formação integral e emancipatória, na qual os estudantes são agentes ativos na formulação e implementação de ações socioambientais e climáticas. A combinação entre educação ambiental crítica, pedagogia freireana, justiça climática e territorialidade constitui o eixo teórico que sustenta esta análise e orienta a compreensão do papel transformador da CNIJMA em Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A VI CNIJMA em Goiás mobilizou 364 escolas públicas do Ensino Fundamental, abrangendo instituições estaduais (96%) e municipais (4%). Essa ampla participação



demonstra o reconhecimento da importância da educação climática e o compromisso das redes escolares com processos participativos. A presença de 338 escolas urbanas e 26 rurais evidencia a capilaridade territorial da conferência e a capacidade do programa de alcançar diversos contextos educacionais, incluindo áreas com desafios específicos de acesso, recursos e infraestrutura.

A diversidade de representações estudantis foi um dos elementos mais significativos do processo. Os delegados foram majoritariamente do 8º e 9º anos, faixa etária em que os estudantes já exercem maior autonomia e capacidade argumentativa. A seleção de 60 projetos de ação, com destaque para iniciativas de escolas urbanas, rurais, quilombolas, do campo, indígena e bilíngue para surdos, confirma a pluralidade cultural e socioambiental presente no estado.

A análise dos projetos demonstra forte presença de temas como manejo de resíduos, segurança hídrica, agricultura sustentável, hortas escolares, reciclagem, eficiência energética e educação para preservação da biodiversidade. O projeto vencedor — "Coleta Seletiva Solidária e Quilombo Bank: Aprender para Transformar" — revela a convergência entre justiça climática, economia solidária e valorização de identidades tradicionais (Figura 1). Ao propor estratégias de manejo de resíduos associadas à valorização da cultura quilombola, o projeto exemplifica a integração entre demandas ambientais e sociais e reforça a relevância de abordagens contextualizadas.



Figura 1. Delegação de Goiás para a VI CNIJMA, e o delegado Miguel Arcanjo.



Os resultados mostram ainda o fortalecimento do protagonismo juvenil, expresso na capacidade dos estudantes de conduzir debates, elaborar propostas e defender suas ideias em espaços coletivos. Observou-se avanço no desenvolvimento de competências socioemocionais, argumentativas e científicas, além do aumento do sentimento de pertencimento e responsabilidade com o território.

A participação ativa de estudantes de grupos historicamente marginalizados — incluindo discentes surdos, indígenas e quilombolas — reforça a dimensão inclusiva da conferência e sua contribuição para a democratização do acesso à participação política. Essa diversidade é um elemento essencial para a promoção da justiça climática, uma vez que populações tradicionais e vulnerabilizadas são aquelas que mais sofrem com os efeitos das mudanças climáticas, mas também detêm importantes saberes ancestrais para construção de soluções sustentáveis.

Portanto, os resultados apontam para a efetividade da CNIJMA enquanto política de formação cidadã e ambiental, impactando tanto os sujeitos envolvidos quanto o ambiente escolar e comunitário. A experiência observada em Goiás demonstra que práticas pedagógicas participativas, intersetoriais e territorializadas fortalecem o engajamento juvenil e contribuem para a construção de um futuro mais justo, democrático e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência evidencia a potência da escola como espaço de formação política, climática e socioambiental. A VI CNIJMA em Goiás promoveu aprendizagem democrática, engajamento juvenil e perspectivas críticas sobre justiça climática.

O protagonismo estudantil demonstrou-se essencial para construção de soluções socioambientais contextualizadas e inclusivas, ampliando a consciência ecológica e os processos comunitários de mobilização. Os debates promoveram a articulação entre realidades locais e desafios globais, aproximando a juventude dos diálogos sobre mudanças climáticas e justiça socioambiental. Observou-se ainda a valorização da diversidade cultural e territorial como elementos fundamentais para a construção de soluções inclusivas e sustentáveis em seus territórios.

Palavras-chave: Educação Ambiental climática, Ensino Fundamental, Cidadania, Lideranças jovens, Escolas Sustentáveis.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA): Documento Orientador. Brasília: MEC, 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 118, p. 189–205, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental: da prática conservadora à crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). Educação ambiental: temas em debate. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13–42.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental crítica: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

